

A+ A-



domingo, 13 de setembro de 2026

topmídia
NEWS
AQUI A NOTÍCIA É TOP

Início

Últimas Notícias

AO VIVO

Campo Grande

Cidades

Polícia

Política

Política há 3 horas

Consórcio de prefeituras que teve advogado preso cancela licitação após auditoria do TCE-MS

Corte de Contas apontou três irregularidades em edital para serviços em 14 municípios

13/09/2026 às 11:30 | Thiago de Souza



Mais Lidas

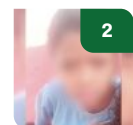


Consórcio anulou edital de licitação / Chat GPT e reprodução rede social

SAIBA MAIS



Fraude da editora: Justiça põe 17 investigados por desvios milionários no banco dos réus





No primeiro ano de fraude, quadrilha conseguiu fechar contrato com quatro prefeituras de MS

Tribunal de Contas de MS constatou irregularidades em um edital de licitação criada pelo Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema, o Codevale. O colegiado, que teve um de seus membros presos por fraude em licitações, acabou por suspender a preparação para certame.

Conforme publicado, o Tribunal promoveu o Controle Prévio de Licitação Pública em um edital da Codevale. O consórcio reúne 14 municípios do Vale do Ivinhema e planejava contratar empresa de gestão de eficiência energética, a fim de reduzir consumo de energia elétrica e emissões de gases do efeito estufa.

Foram três principais apontamentos feitos pela Corte de Contas: necessidade de lote único: não ficou demonstrado por que todos os serviços deveriam ser contratados juntos, em vez de serem divididos em lotes; o TCE diz que o Consórcio não demonstrou de forma suficiente sobre a metodologia utilizada para chegar aos quantitativos previstos na contratação; e que faltou fundamentação técnica para justificar o índice de endividamento total exigido das empresas, estabelecido em IET ≤ 0,40.

Após o apontamento, a Codevale promoveu as retificações, mas ouviu do Tribunal que as correções não foram suficientes. Sendo assim, o próprio Codevale anulou o edital. Como é de praxe, o Tribunal de Contas, na manifestação do conselheiro Márcio Monteiro, arquivou análise do edital.

Consórcio

O advogado Gabriel Taquino de Paula – que era da equipe jurídica da Coodevale – foi preso em 7 de julho deste ano por suspeitas de corrupção, no âmbito da Operação Gutenberg, desencadeada pelo Gaeco e Gecoc, do Ministério Público de MS. A apuração mostrou que o suspeito, que era especialista em licitações, atuava para forçar as prefeituras do interior a contratar – sem licitação – a editora Avante, que vendia livros escolares. Em troca, recebia propina de parte do lucro que a Avante amalhava.

Ainda segundo divulgado pelo MP, Gabriel atuava com Ed Carlo Burgatt, à época chefe da Regulação de Pacientes da Secretaria Estadual de Saúde. Os dois negociavam com prefeitos, sendo que o último impunha que o município que não fechasse com a editora não teria vagas disponíveis em hospitais do Estado.

Aliás, um dos municípios integrantes do Consórcio – Ivinhema – fechou contrato com a Avante no montante de R\$ 874 mil, em 2022. Na investigação, consta diálogo entre Ed Carlo e Taquino, pelo WhatsApp, onde um deles estava em Ivinhema negociando com o prefeito Juliano Ferro. Entramos em contato com a Codevale e o espaço está aberto também ao prefeito Juliano Ferro (PL).

Siga o TopMídiaNews no WhatsApp, Instagram e Facebook e fique por dentro do que acontece em Mato Grosso do Sul.

Veja também



Política há 1 hora

Com R\$ 6,6 milhões, Tebet lidera ranking de campanhas mais ricas ao Senado de SP



Política há 5 horas

Flávio Dino retira sigilo de investigação sobre Dark Horse

